

Termo de Referência 8/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
8/2026	981779-PREFEITURA MUNICIPAL DE PARNAMIRIM - RN	ANTONIO CARLOS CAVALCANTI BEZERRA	14/04/2026 14:24 (v 0.7)

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
III – locação/Locação de bens móveis		3.557/2025

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de locação de veículos automotores, sem motorista e sem combustível, de forma continuada, para atender a demanda operacional e administrativa das diversas secretarias e órgãos (administração direta e indireta) que compõem a Prefeitura Municipal de Parnamirim/RN, conforme especificações, condições, e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.1.1.1. O CONTRATANTE não se obriga a adquirir a quantidade registrada, podendo solicitar o fornecimento de itens individualmente e em percentuais menores, conforme a necessidade demandada.

1.1.1.1 A contratação poderá atender, também, outras unidades que por ventura venham a ser criadas durante a vigência da contratação.

1.2. Tipo: Menor Preço

1.2.1. Critério de Adjudicação: Menor Preço Por Item

1.3. Relação das Secretarias Participantes:

São demandantes do presente processo licitatório: **SEARH, GACIV, GAVIP, CGM, PGM, SEHARF, SELIM, SEL, SEMAS, SEMMUR, SEMSUR, SEMOP, SEMUR, SEMUT, SEMUC, SESAD, SESDEM, SETUDE e SME**, sendo os quantitativos a serem adquiridos para a Administração do Município como um todo, para cada secretaria demandante, aduzidos do Documento de Formalização de Demanda (DFD e Estudo Técnico Preliminar – ETP).

1.4. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta: o fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR ITEM, modo de disputa ABERTO, através de REGISTRO DE PREÇOS. A escolha do modo de disputa aberto deu-se em virtude das características do objeto desta contratação e a expectativa da participação de múltiplos fornecedores em condições de competitividade, sendo tal escolha justificada por combinar duas etapas estratégicas, quais sejam: uma fase inicial competitiva e transparente, em que os licitantes apresentam lances sucessivos em ambiente público (modo aberto), A fase aberta permite que os participantes ajustem suas ofertas com base na dinâmica do mercado durante a sessão pública, o que tende a aumentar a competitividade e gerar melhores condições para a Administração, garantindo a melhor oferta. Considerando que o critério de julgamento adotado será o menor preço por item, a dinâmica do modo aberto favorece incrementos graduais de vantagem na fase aberta e estimula a oferta de valores mais competitivos, resultando em maior economicidade e promovendo a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

1.5. O critério de julgamento MENOR PREÇO POR ITEM se deu pelo fato que fosse permitido que um número maior de interessados participe da disputa, o que, em decorrência, aumenta a competitividade e viabiliza a obtenção de melhores propostas, bem como, decorre em razão da economia de escala, bem como das recomendações expedidas pelo Tribunal de Contas da União. Desta forma, mantém-se preservada a competitividade.



2. DA JUSTIFICATIVA

- 2.1. Visando consolidar as necessidades reais de toda a Administração, foi expedida a Circular nº 7.294/2025, encaminhada a todas as Secretarias e órgãos correlatos. Este ato administrativo teve como objetivo primordial garantir a mensuração precisa da frota, evitando o dimensionamento inadequado que resulte em superestimativa ou subestimativa do objeto. Além disso, o levantamento permitiu a busca pela economia de escala ao unificar os pedidos em um único processo licitatório, facilitando a identificação das especificidades de cada pasta — como a necessidade de veículos leves, utilitários ou ambulâncias — para que o termo de referência reflita com exatidão a realidade operacional e atenda aos princípios da eficiência e da padronização.
- 2.2. A coleta formal de demandas através da referida Circular garante que o ETP não seja baseado em dados genéricos, mas sim em informações declaradas pelos respectivos ordenadores de despesa. Tal medida assegura a transparência e a rastreabilidade do processo, reduzindo riscos de aditivos contratuais desnecessários e garantindo o pleno atendimento do interesse público.
- 2.3. Também, devido à quantidade insuficiente de veículos oficiais aptos a atender as demandas das Secretarias Municipais e demais Órgãos.
- 2.4. O valor da locação para os veículos locados de forma mensal, além de cobrir o custo com o veículo, cobrirá as despesas acessórias, tais como seguro total com franquia de responsabilidade de quem der causa, seguro obrigatório DPVAT, IPVA, reposição de veículo /peças, combustível em alguns casos; caberá à contratada, lubrificação, manutenção preventiva e corretiva dos veículos, permitindo sempre a utilização de veículos mais novos, tudo conforme este instrumento.
- 2.5. A contratação é necessária para suprir as necessidades da Prefeitura e das secretarias do município, que deve ofertar serviços de qualidade à população, além de executar suas atribuições de forma eficiente e alinhada aos interesses públicos. Assim, há necessidade da Administração Pública realizar o deslocamento dos servidores, facilitar o transporte de materiais e melhorar a logística de atividades essenciais, promovendo maior agilidade, segurança e economia nos processos internos e assim, cumprir melhor as demandas operacionais das diversas secretarias e órgãos (administração direta e indireta) que compõem a Prefeitura Municipal de Parnamirim/RN, e agilizar o atendimento das demandas operacionais e administrativas das instituições.
- 2.6. A presente contratação faz-se necessária para atender as demandas dos serviços públicos prestados pelo município, oferecendo serviços de qualidade à população, além de executar suas atribuições de forma eficiente e alinhada aos interesses públicos, visando assegurar a continuidade do funcionamento dos órgãos, a eficiência no atendimento das demandas externas e o cumprimento das obrigações institucionais, uma vez que nem todas as secretarias dispõe de frota própria suficiente para atender todas as suas necessidades. Desta forma, a interrupção deste serviço, por atingir diretamente o descolamento dos servidores e representantes das secretarias e/ou envio de materiais e documentos, traria grande prejuízo ao desempenho das atividades das instituições, especialmente a descontinuidade dos serviços públicos prestados à população de Parnamirim/RN, por meio das atividades fins das secretarias e órgãos. Esta medida não apenas suporta as operações diárias, mas também contribui para o alcance dos objetivos organizacionais de forma eficaz e sustentável.
- 2.7. As quantidades estimadas para cada item foram baseadas no histórico de consumo, conforme levantamentos realizados nas Secretarias e Órgãos da Prefeitura de Parnamirim/RN, sendo o quantitativo demonstrado estimado, pois também levou em consideração as novas demandas e ações das secretarias do Município para os próximos exercícios.
- 2.8. Por oportuno, esclarecemos que o presente processo trata-se de uma licitação corporativa que leva em consideração o quantitativo estimado por secretaria e entidade que compõe a Prefeitura de Parnamirim/RN, realizada através da SEARH/PMP.

3. DAS ESPECIFICAÇÕES DOS ITENS

ITEM	CAT SER	DESCRIÇÃO	UND	QTDE
		VEÍCULO TIPO CAMINHONETE – CABINE DUPLA: 1. ZERO QUILOMETRO; 2. QUATRO PORTAS; 3. PARA 04 (QUATRO) PASSAGEIROS + 01 (UM) MOTORISTA; 4. COR BRANCA; 5. TRAÇÃO 4X4; 6. MOVIDA A ÓLEO DIESEL; 7. INJEÇÃO ELETRÔNICA DE COMBUSTÍVEL; 8. POTÊNCIA MÍNIMA DE 140 CV; 9. TRANSMISSÃO MECÂNICA, COM NO MÍNIMO 05 (CINCO) MARCHAS PARA FRENTE E UMA A RÉ; 10. DIREÇÃO HIDRÁULICA OU ELÉTRICA;		

Assinado por 2 pessoas: ANTONIO CARLOS CAVALCANTI BEZERRA e KALINNE SOUZA CAVALCANTI BEZERRA. Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://parnamirim.150cc.com.br>



01	4014	11. AR-CONDICIONADO; 12. QUILOMETRAGEM LIVRE; 13. VIDRO ELÉTRICO; 14. TRAVAS ELÉTRICAS; 15. CAÇAMBA EM AÇO; 16. PROTETOR DE CAÇAMBA; 17. TANQUE DE COMBUSTÍVEL CHEIO; 18. CAPACIDADE PARA CARGA MÍNIMA DE 1.000 KG; 19. DOTADO DE TODOS OS EQUIPAMENTOS EXIGIDOS PELO CONTRAN. A EMPRESA VENCEDORA DEVERÁ RESPONSABILIZAR- SE: A) PELO PAGAMENTO DO LICENCIAMENTO VEICULAR; B) IPVA; C) SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT; D) SEGURO TOTAL; E) MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DOS VEÍCULOS. TODOS OS VEÍCULOS DEVERÃO SER ADESIVADOS DE ACORDO COM O PADRÃO ADOTADO PELO CONTRATANTE, TODOS OS ITENS ACIMA MENCIONADOS SERÃO DE RESPONSABILIDADE DO LOCADOR. A SUBSTITUIÇÃO DE QUALQUER VEÍCULO AVARIADO OU QUEBRADO NO PRAZO DE 24 (VINTE E QUATRO) HORAS, DEVENDO O VEÍCULO TER O MESMO ANO DE FABRICAÇÃO E MODELO OU SUPERIOR DO QUE FOI SUBSTITUÍDO E AS DEVIDAS CARACTERÍSTICAS ACIMA DESCRITAS. LOCAÇÃO: MENSAL. SEM MOTORISTA E SEM COMBUSTÍVEL.	UND	15
02	4014	VEÍCULO TIPO FURGÃO / MINIVAN PARA CARGA (FIORINO OU SIMILAR): 1. ZERO-QUILÔMETRO; 2. QUATRO PORTAS; 3. PARA NO MÍNIMO 01 (UM) PASSAGEIRO + 01 (UM) MOTORISTA; 4. COR BRANCA; 5. MOVIDA A GASOLINA/ÁLCOOL; 6. POTÊNCIA MÍNIMA DE 85 CV; 7. TRANSMISSÃO MECÂNICA, COM NO MÍNIMO 05 (CINCO) MARCHAS PARA FRENTE E UMA A RÉ; 8. DIREÇÃO HIDRÁULICA OU ELÉTRICA; 9. AR-CONDICIONADO; 10. QUILOMETRAGEM LIVRE; 11. VIDRO ELÉTRICO; 12. TRAVAS ELÉTRICAS; 13. TANQUE DE COMBUSTÍVEL CHEIO; 14. DOTADO DE TODOS OS EQUIPAMENTOS EXIGIDOS PELO CONTRAN. A EMPRESA VENCEDORA DEVERÁ RESPONSABILIZAR-SE: A) PELO PAGAMENTO DO LICENCIAMENTO VEICULAR; B) IPVA; C) SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT; D) SEGURO TOTAL; E) MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DOS VEÍCULOS. TODOS OS VEÍCULOS DEVERÃO SER ADESIVADOS DE ACORDO COM O PADRÃO ADOTADO PELO CONTRATANTE, TODOS OS ITENS ACIMAMENCIONADOS SERÃO DE RESPONSABILIDADE DO LOCADOR. A SUBSTITUIÇÃO DE QUALQUER VEÍCULO AVARIADO OU QUEBRADO NO PRAZO DE 24 4 6 (VINTE E QUATRO) HORAS, DEVENDO O VEÍCULO TER O MESMO ANO DE FABRICAÇÃO E MODELO OU SUPERIOR DO QUE FOI SUBSTITUÍDO EAS DEVIDAS CARACTERÍSTICAS ACIMA DESCRITAS. LOCAÇÃO: MENSAL. SEM MOTORISTA E SEM COMBUSTÍVEL.	UND	09
03	4014	MOTOCICLETA 160 CC, TIPO CARGO OU SIMILAR: 1. ZERO – QUILOMETRO; 2. COR BRANCA; 3. COM BAÚ /BAULETO: EM FIBRA DE VIDRO, COM TAMPA E CHAVE, CAPACIDADE PARA 45 (QUARENTA E CINCO) LITROS, OU SIMILAR, SEGUINDO AS NORMAS DE SEGURANÇA DE TRÂNSITO DO CONTRAN; 4. MOVIDO A GASOLINA /ÁLCOOL; 5. POTÊNCIA MÍNIMA DE 160 CC; 6. QUILOMETRAGEM LIVRE; 7. FAIXAS REFLETORAS; 8. ANTENA APARADORA DE LINHA COM CEROL (LINHA DE PIPA); 9. TANQUE DE COMBUSTÍVEL CHEIO; 10. PROTETOR DE PERNA E MOTOR; 11. COM CAPACETE MOTOCICLISTICO (NOVO, SEM USO), CERTIFICADO PELO INMETRO. 12. DOTADO DE TODOS OS EQUIPAMENTOS EXIGIDOS PELO CONTRAN. A EMPRESA VENCEDORA DEVERÁ RESPONSABILIZAR-SE: A) PELO PAGAMENTO DO LICENCIAMENTO VEICULAR; B) IPVA; C) SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT; D) SEGURO TOTAL; E) MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DAS MOTOCICLETAS. TODAS AS MOTOCICLETAS DEVERÃO SER ADESIVADAS DE ACORDO COM O PADRÃO ADOTADO PELO CONTRATANTE, TODOS OS ITENS ACIMA MENCIONADOS SERÃO DE RESPONSABILIDADE DO LOCADOR. A SUBSTITUIÇÃO DE QUALQUER MOTOCICLETA AVARIADA OU QUEBRADA NO PRAZO DE 24 (VINTE E QUATRO) HORAS, DEVENDO O VEÍCULO TER O MESMO ANO DE FABRICAÇÃO E MODELO OU SUPERIOR DO QUE FOI SUBSTITUÍDO E AS DEVIDAS CARACTERÍSTICAS ACIMA DESCRITAS. LOCAÇÃO: MENSAL. SEM MOTOCICLISTA E SEM COMBUSTÍVEL.	UND	20
04	4014	VEÍCULO UTILITÁRIO TIPO MINIVAN (DOBLÔ, SPIN OU SIMILAR): 1. ZERO-QUILOMETRO; 2. QUATRO PORTAS; 3. PARA 06 (SEIS) PASSAGEIROS + 01 (UM) MOTORISTA; 4. COR BRANCA; 5. MOVIDA A GASOLINA /ÁLCOOL; 6. POTÊNCIA MÍNIMA DE 105 CV; 7. TRANSMISSÃO MECÂNICA/AUTOMÁTICA, COM NO MÍNIMO 05 (CINCO) MARCHAS PARA FRENTE E UMA A RÉ; 8. DIREÇÃO HIDRÁULICA OU ELÉTRICA; 9. AR- CONDICIONADO; 10. QUILOMETRAGEM LIVRE; 11. VIDRO ELÉTRICO; 12. TRAVAS ELÉTRICAS; 13. TANQUE DE COMBUSTÍVEL CHEIO; 14. DOTADO DE TODOS OS EQUIPAMENTOS EXIGIDOS PELO CONTRAN. A EMPRESA VENCEDORA DEVERÁ RESPONSABILIZAR-SE: A) PELO PAGAMENTO DO LICENCIAMENTO VEICULAR; B) IPVA; C) SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT; D) SEGURO TOTAL; E) MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DOS VEÍCULOS. TODOS OS VEÍCULOS DEVERÃO SER ADESIVADOS DE ACORDO COM O	UND	34

		PADRÃO ADOTADO PELO CONTRATANTE, TODOS OS ITENS ACIMA MENCIONADOS SERÃO DE RESPONSABILIDADE DO LOCADOR. A SUBSTITUIÇÃO DE QUALQUER VEÍCULO AVARIADO OU QUEBRADO NO PRAZO DE 24 (VINTE E QUATRO) HORAS, DEVENDO O VEÍCULO TER O MESMO ANO DE FABRICAÇÃO E MODELO OU SUPERIOR DO QUE FOI SUBSTITUÍDO E AS DEVIDAS CARACTERÍSTICAS ACIMA DESCRITAS. LOCAÇÃO: MENSAL.SEM MOTORISTA E SEM COMBUSTÍVEL.		
05	4014	VEÍCULO DE PASSEIO, TIPO HATCH (POLO, ONIX OU SIMILAR): 1. ZERO QUILOMETRO; 2. COR BRANCA; 3. CINCO PORTAS; 4. MOVIDO A GASOLINA/ÁLCOOL; 5. MOTOR DE 03 (TRÊS) OU 04 (QUATRO) CILINDROS; 6. POTÊNCIA MÍNIMA DE 70 CV; 7. QUANTIDADE DE PASSAGEIROS 04 (QUATRO) + 01 (UM) MOTORISTA; 8. TRANSMISSÃO MECÂNICA, COM NO MÍNIMO 05 (CINCO) MARCHAS PARA FRENTE E UMA A RÉ; 9. DIREÇÃO HIDRÁULICA OU ELÉTRICA; 10. AR- CONDICIONADO; 11. QUILOMETRAGEM LIVRE; 12. VIDRO ELÉTRICO; 13. TRAVAS ELÉTRICAS; 14. DOTADO DE TODOS OS EQUIPAMENTOS EXIGIDOS PELO CONTRAN. A EMPRESA VENCEDORA DEVERÁ RESPONSABILIZAR-SE: A) PELO PAGAMENTO DO LICENCIAMENTO VEICULAR; B) IPVA; C) SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT; D) SEGURO TOTAL; E) MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DOS VEÍCULOS. TODOS OS VEÍCULOS DEVERÃO SER ADESIVADOS DE ACORDO COM O PADRÃO ADOTADO PELO CONTRATANTE, TODOS OS ITENS ACIMAMENCIONADOS SERÃO DE RESPONSABILIDADE DO LOCADOR. A SUBSTITUIÇÃO DE QUALQUER VEÍCULO AVARIADO OU QUEBRADO NO PRAZO DE 24 (VINTE E QUATRO) HORAS, DEVENDO O VEÍCULO TER O MESMO ANO DE FABRICAÇÃO E MODELO OU SUPERIOR DO QUE FOI SUBSTITUÍDO E AS DEVIDAS CARACTERÍSTICAS ACIMA DESCRITAS. LOCAÇÃO: MENSAL SEM MOTORISTA E SEM COMBUSTÍVEL.	UND	62
06	4014	VEÍCULO DE PASSEIO, TIPO SEDAN (CRONUS, ONIX OU SIMILAR): 1. ZERO QUILOMETRO; 2. COR BRANCA; 3. CINCO PORTAS; 4. MOVIDO A GASOLINA/ÁLCOOL; 5. MOTOR DE 03 (TRÊS) OU 04 (QUATRO) CILINDROS EM LINHA; 6. POTÊNCIA MÍNIMA DE 70 CV; 7. QUANTIDADE DE PASSAGEIROS 04 (QUATRO) + 01 (UM) MOTORISTA; 8. TRANSMISSÃO MECÂNICA, COM NO MÍNIMO 05 (CINCO) MARCHAS PARA FRENTE E UMA ATÉ; 9. DIREÇÃO HIDRÁULICA OU ELÉTRICA; 10. AR-CONDICIONADO; 6 3 11. QUILOMETRAGEM LIVRE; 12. VIDRO ELÉTRICO; 13. TRAVAS ELÉTRICAS; 14. DOTADO DE TODOS OS EQUIPAMENTOS EXIGIDOS PELO CONTRAN. A EMPRESA VENCEDORA DEVERÁ RESPONSABILIZAR-SE: A) PELO PAGAMENTO DO LICENCIAMENTO VEICULAR; B) IPVA; C) SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT; D) SEGURO TOTAL; E) MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DOS VEÍCULOS. TODOS OS VEÍCULOS DEVERÃO SER ADESIVADOS DE ACORDO COM O PADRÃO ADOTADO PELO CONTRATANTE, TODOS OS ITENS ACIMA MENCIONADOS SERÃO DE RESPONSABILIDADE DO LOCADOR. A SUBSTITUIÇÃO DE QUALQUER VEÍCULO AVARIADO OU QUEBRADO NO PRAZO DE 24 (VINTE E QUATRO) HORAS, DEVENDO O VEÍCULO TER O MESMO ANO DE FABRICAÇÃO E MODELO OU SUPERIOR DO QUE FOI SUBSTITUÍDO E AS DEVIDAS CARACTERÍSTICAS ACIMA DESCRITAS. LOCAÇÃO: MENSAL. SEM MOTORISTA E SEM COMBUSTÍVEL.	UND	18
07	4014	VEÍCULO TIPO CAMINHONETE – CABINE SIMPLES: 1. ZERO QUILOMETRO; 2. DUAS PORTAS; 3. PARA 01 (UM) PASSAGEIRO + 01 (UM) MOTORISTA; 4. COR BRANCA; 5. TRAÇÃO 4X4; 6. MOVIDA A ÓLEO DIESEL; 7. INJEÇÃO ELETRÔNICA DE COMBUSTÍVEL; 8. POTÊNCIA MÍNIMA DE 140 CV; 9. TRANSMISSÃO MECÂNICA, COM NO MÍNIMO 05 (CINCO) MARCHAS PARA FRENTE E UMA A RÉ; 10. DIREÇÃO HIDRÁULICA OU ELÉTRICA; 11. AR-CONDICIONADO; 12. QUILOMETRAGEM LIVRE; 13. VIDRO ELÉTRICO; 14. TRAVAS ELÉTRICAS; 15. CAÇAMBA EM AÇO; 16. PROTETOR DE CAÇAMBA; 17. TANQUE DE COMBUSTÍVEL CHEIO; 18. CAPACIDADE PARA CARGA MÍNIMA DE 1.000 KG; 19. DOTADO DE TODOS OS EQUIPAMENTOS EXIGIDOS PELO CONTRAN. A EMPRESA VENCEDORA DEVERÁ RESPONSABILIZAR- SE: A) PELO PAGAMENTO DO LICENCIAMENTO VEICULAR; B) IPVA; C) SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT; D) SEGURO TOTAL; E) MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DOS VEÍCULOS. TODOS OS VEÍCULOS DEVERÃO SER ADESIVADOS DE ACORDO COM O PADRÃO ADOTADO PELO CONTRATANTE, TODOS OS ITENS ACIMA MENCIONADOS SERÃO DE RESPONSABILIDADE DO LOCADOR. A SUBSTITUIÇÃO DE QUALQUER VEÍCULO AVARIADO OU QUEBRADO NO PRAZO DE 24 2 4 (VINTE E QUATRO) HORAS, DEVENDO O VEÍCULO TER O MESMO ANO DE FABRICAÇÃO E MODELO OU SUPERIOR DO QUE FOI SUBSTITUÍDO E AS DEVIDAS CARACTERÍSTICAS ACIMA DESCRITAS. LOCAÇÃO: MENSAL. SEM MOTORISTA E SEM COMBUSTÍVEL.	UND	09

08	4014	VEÍCULO TIPO VAN – TETO ALTO (SPRINTER, MASTER OU SIMILAR): 1. ZERO-KILOMETRO; 2. NO MÍNIMO 03 (TRÊS) PORTAS, SENDO UMA DESLIZANTE; 3. PARA NO MÍNIMO 14 (QUATORZE) PASSAGEIROS + 01 (UM) MOTORISTA; 4. COR BRANCA; 5. MOVIDO A ÓLEO DIESEL; 6. POTÊNCIA MÍNIMA DE 120 CV; 7. TRANSMISSÃO MECÂNICA, COM NO MÍNIMO 05 (CINCO) MARCHAS PARA FRENTE E UMA A RÉ; 5 58. DIREÇÃO HIDRÁULICA OU ELÉTRICA; 9. AR-CONDICIONADO; 10. QUILOMETRAGEM LIVRE; 11. VIDRO ELÉTRICO; 12. TRAVAS ELÉTRICAS; 13. TANQUE DE COMBUSTÍVEL CHEIO; 14. DOTADO DE TODOS OS EQUIPAMENTOS EXIGIDOS PELO CONTRAN. A EMPRESA VENCEDORA DEVERÁ RESPONSABILIZAR-SE: A) PELO PAGAMENTO DO LICENCIAMENTO VEICULAR; B) IPVA; C) SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT; D) SEGURO TOTAL; E) MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DOS VEÍCULOS. TODOS OS VEÍCULOS DEVERÃO SER ADESIVADOS DE ACORDO COM O PADRÃO ADOTADO PELO CONTRATANTE, TODOS OS ITENS ACIMA MENCIONADOS SERÃO DE RESPONSABILIDADE DO LOCADOR. A SUBSTITUIÇÃO DE QUALQUER VEÍCULO AVARIADO OU QUEBRADO NO PRAZO DE 24 (VINTE E QUATRO) HORAS, DEVENDO O VEÍCULO TER O MESMO ANO DE FABRICAÇÃO E MODELO OU SUPERIOR DO QUE FOI SUBSTITUÍDO E AS DEVIDAS CARACTERÍSTICAS ACIMA DESCRITAS. LOCAÇÃO: MENSAL. SEM MOTORISTA E SEM COMBUSTÍVEL.	UND	5
09	4014	VEÍCULO TIPO PICAPE LEVE (SAVEIRO, STRADA OU SIMILAR): 1. ZERO-KILOMETRO; 2. DUAS PORTAS; 3. PARA 01 (UM) PASSAGEIRO + 01 (UM) MOTORISTA; 4. COR BRANCA; 5. MOVIDA A GASOLINA/ÁLCOOL; 6. POTÊNCIA MÍNIMA DE 84 CV; 7. TRANSMISSÃO MECÂNICA, COM NO MÍNIMO 05 (CINCO) MARCHAS PARA FRENTE E UMA A RÉ; 8. DIREÇÃO HIDRÁULICA OU ELÉTRICA; 9. AR-CONDICIONADO; 10. VIDRO ELÉTRICO; 11. TRAVAS ELÉTRICAS; 12. TANQUE DE COMBUSTÍVEL CHEIO; 16. CAPACIDADE PARA CARGA MÍNIMA DE 600 KG; 17. QUILOMETRAGEM LIVRE; 18. DOTADO DE TODOS OS EQUIPAMENTOS EXIGIDOS PELO CONTRAN. A EMPRESA VENCEDORA DEVERÁ RESPONSABILIZAR-SE: A) PELO PAGAMENTO DO LICENCIAMENTO VEICULAR; B) IPVA; C) SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT; D) SEGURO TOTAL; E) MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DOS VEÍCULOS. TODOS OS VEÍCULOS DEVERÃO SER ADESIVADOS DE ACORDO COM O PADRÃO ADOTADO PELO CONTRATANTE, TODOS OS ITENS ACIMA MENCIONADOS SERÃO DE RESPONSABILIDADE DO LOCADOR. A SUBSTITUIÇÃO DE QUALQUER VEÍCULO AVARIADO OU QUEBRADO NO PRAZO DE 24 (VINTE E QUATRO) HORAS, DEVENDO O VEÍCULO TER O MESMO ANO DE FABRICAÇÃO E MODELO OU SUPERIOR DO QUE FOI SUBSTITUÍDO E AS DEVIDAS CARACTERÍSTICAS ACIMA DESCRITAS. LOCAÇÃO: MENSAL. SEM MOTORISTA E SEM COMBUSTÍVEL.	UND	9
10	4014	CAMINHÃO BAÚ ISOTÉRMICO – CABINE SIMPLES: 1. ANO/MODELO: ZERO QUILOMETRO, A CONTAR DA DATA DA DISPONIBILIZAÇÃO DOS VEÍCULOS; 2. DUAS PORTAS; 3. PARA NO MÍNIMO 01 (UM) PASSAGEIRO + 01 (UM) MOTORISTA; 4. MOVIDO A ÓLEO DIESEL; 5. POTÊNCIA MÍNIMA DE 150 CV; 8. TRANSMISSÃO MECÂNICA, COM NO MÍNIMO 05 (CINCO) MARCHAS PARA FRENTE E UMA A RÉ; 9. DIREÇÃO HIDRÁULICA OU ELÉTRICA; 10. AR-CONDICIONADO; 11. QUILOMETRAGEM LIVRE; 12. TANQUE DE COMBUSTÍVEL CHEIO; 13. BAÚ ISOTÉRMICO, COM NO MÍNIMO 4 M X 2 M X 1,80 M (C-A-L); 14. PBT COM NO MÍNIMO 7.000 KG; 15. BAÚ COM PORTA LATERAL E TRAVA EMBUTIDA; 16. BAÚ CONFECCIONADO E RECOBERTO EM CHAPAS DE ALUMÍNIO, REVESTIDO COM ISOLANTE TÉRMICO; 17. BAÚ COM PORTA TRASEIRA DE ABERTURA TOTAL; 18. TACÓGRAFO DEVIDAMENTE AFERIDO ATENDENDO AS EXIGÊNCIAS DO INMETRO; 19. EIXO TRASEIRO COM RODAGEM DUPLA; 20. BAÚ COM ILUMINAÇÃO INTERNA; 21. DOTADO DE TODOS OS EQUIPAMENTOS EXIGIDOS PELO CONTRAN. A EMPRESA VENCEDORA DEVERÁ RESPONSABILIZAR- SE: A) PELO PAGAMENTO DO LICENCIAMENTO VEICULAR; B) IPVA; C) SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT; D) SEGURO TOTAL; E) MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DOS VEÍCULOS. TODOS OS CAMINHÕES DEVERÃO SER ADESIVADOS DE ACORDO COM O PADRÃO ADOTADO PELO CONTRATANTE, TODOS OS ITENS ACIMA MENCIONADOS SERÃO DE RESPONSABILIDADE DO LOCADOR. A SUBSTITUIÇÃO DE QUALQUER CAMINHÃO AVARIADO OU QUEBRADO NO PRAZO DE 24 (VINTE E QUATRO) HORAS, DEVENDO O VEÍCULO TER O MESMO ANO DE FABRICAÇÃO E MODELO OU SUPERIOR DO QUE FOI SUBSTITUÍDO E AS DEVIDAS CARACTERÍSTICAS ACIMA DESCRITAS. LOCAÇÃO: MENSAL. SEM MOTORISTA E SEM COMBUSTÍVEL. QUILOMETRAGEM LIVRE; 12. TANQUE DE COMBUSTÍVEL CHEIO; 13. BAÚ ISOTÉRMICO, COM NO MÍNIMO 4 M X 2 M X 1,80 M (C-A-L); 14. PBT COM NO MÍNIMO 7.000 KG; 15. BAÚ COM PORTA LATERAL E TRAVA EMBUTIDA; 16. BAÚ CONFECCIONADO E RECOBERTO EM CHAPAS DE ALUMÍNIO, REVESTIDO COM ISOLANTE TÉRMICO; 17. BAÚ COM PORTA TRASEIRA DE ABERTURA TOTAL; 18. TACÓGRAFO DEVIDAMENTE AFERIDO ATENDENDO	UND	3

		AS EXIGÊNCIAS DO INMETRO; 19. EIXO TRASEIRO COM RODAGEM DUPLA; 20. BAÚ COM ILUMINAÇÃO INTERNA; 21. DOTADO DE TODOS OS EQUIPAMENTOS EXIGIDOS PELO CONTRAN. A EMPRESA VENCEDORA DEVERÁ RESPONSABILIZAR- SE: A) PELO PAGAMENTO DO LICENCIAMENTO VEICULAR; B) IPVA; C) SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT; D) SEGURO TOTAL; E) MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DOS VEÍCULOS. TODOS OS CAMINHÕES DEVERÃO SER ADESIVADOS DE ACORDO COM O PADRÃO ADOTADO PELO CONTRATANTE, TODOS OS ITENS ACIMA MENCIONADOS SERÃO DE RESPONSABILIDADE DO LOCADOR. A SUBSTITUIÇÃO DE QUALQUER CAMINHÃO AVARIADO OU QUEBRADO NO PRAZO DE 24 (VINTE E QUATRO) HORAS, DEVENDO O VEÍCULO TER O MESMO ANO DE FABRICAÇÃO E MODELO OU SUPERIOR DO QUE FOI SUBSTITUÍDO E AS DEVIDAS CARACTERÍSTICAS ACIMA DESCRITAS. LOCAÇÃO: MENSAL E SEM MOTORISTA E COMBUSTÍVEL.		
11	4014	VEÍCULO URBANO DE CARGA (VUC), CABINE SIMPLES, CARROCERIA FECHADA (BAÚ): 1. ZERO QUILOMETRO, A CONTAR DA DATA DA DISPONIBILIZAÇÃO DOS VEÍCULOS; 2. DUAS PORTAS; 4 7 3. PARA NO MÍNIMO 01 (UM) PASSAGEIRO + 01 (UM) MOTORISTA; 4. MOVIDO A ÓLEO DIESEL; 5. POTÊNCIA MÍNIMA DE 130 CV; 6. TRANSMISSÃO MECÂNICA COM NO MÍNIMO 05 (CINCO) MARCHAS PARA FRENTE E UMA A RÉ; 7 DIREÇÃO HIDRÁULICA OU ELÉTRICA; 8. AR CONDICIONADO; 9. QUILOMETRAGEM LIVRE; 10. TANQUE DE COMBUSTÍVEL CHEIO; 11. CHASSI LONGO E ACOPLADO COM A CARROCERIA TIPO BAÚ; 12. BAÚ CONFECCIONADO E RECOBERTO EM CHAPAS DE ALUMÍNIO (NOVO), COM PORTAS LATERAIS COM TRAVAS EMBUTIDAS E PORTA TRASEIRA COM ABERTURA TOTAL, COM FAIXAS REFLETIVAS E DE ACORDO COM AS NORMAS DO CONTRAN; 13. TACÓGRAFO DEVIDAMENTE AFERIDO ATENDENDO AS EXIGÊNCIAS DO INMETRO; 14. EIXO TRASEIRO COM RODAGEM SIMPLES OU DUPLA; 17. CAPACIDADE PARA CARGA MÍNIMA DE 1,5 (UM VÍRGULA CINCO) TONELADAS E MÁXIMA DE 03 (TRÊS) TONELADAS; 18. BAÚ COM ILUMINAÇÃO INTERNA; 19. DOTADO DE TODOS OS EQUIPAMENTOS EXIGIDOS PELO CONTRAN. A EMPRESA VENCEDORA DEVERÁ RESPONSABILIZAR- SE: A) PELO PAGAMENTO DO LICENCIAMENTO VEICULAR; B) IPVA; C) SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT; D) SEGURO TOTAL; E) MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DOS VEÍCULOS. TODOS OS VEÍCULOS DEVERÃO SER ADESIVADOS DE ACORDO COM O PADRÃO ADOTADO PELO CONTRATANTE, TODOS OS ITENS ACIMA MENCIONADOS SERÃO DE RESPONSABILIDADE DO LOCADOR. A SUBSTITUIÇÃO DE QUALQUER VEÍCULO AVARIADO OU QUEBRADO NO PRAZO DE 24 (VINTE E QUATRO) HORAS, DEVENDO O VEÍCULO TER O MESMO ANO DE FABRICAÇÃO E MODELO OU SUPERIOR DO QUE FOI SUBSTITUÍDO E AS DEVIDAS CARACTERÍSTICAS ACIMA DESCRITAS. LOCAÇÃO: MENSAL. SEM MOTORISTA E SEM COMBUSTÍVEL.	UND	5
12	4014	VEÍCULO FECHADO 4X2 – DUSTER OU SIMILAR: 1.ZERO QUILOMETRO; 2. CINCO PORTAS; 3. MOVIDO A GASOLINA/ÁLCOOL; 4. POTÊNCIA MÍNIMA DE 120 CV; 5. QUANTIDADE DE PASSAGEIROS (04) + 01 MOTORISTA; 6. TRANSMISSÃO MECÂNICA, COM NO MÍNIMO CINCO MARCHAS PARA FRENTE E UMA A RÉ; 8. DIREÇÃO HIDRÁULICA OU ELÉTRICA; 9. AR- CONDICIONADO; 10. QUILOMETRAGEM LIVRE; 11. VIDRO ELÉTRICO; 12. TRAVAS ELÉTRICAS; 13. DOTADO DE TODOS OS EQUIPAMENTOS EXIGIDOS PELO CONTRAN. A EMPRESA VENCEDORA DEVERÁ RESPONSABILIZAR-SE: 12 8 A) PELO PAGAMENTO DO LICENCIAMENTO VEICULAR; B) IPVA; C) SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT; D) SEGURO TOTAL; E) MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DOS VEÍCULOS. TODOS OS VEÍCULOS DEVERÃO SER ADESIVADOS DE ACORDO COM O PADRÃO ADOTADO PELO CONTRATANTE, TODOS OS ITENS ACIMA MENCIONADOS SERÃO DE RESPONSABILIDADE DO LOCADOR. A SUBSTITUIÇÃO DE QUALQUER VEÍCULO AVARIADO OU QUEBRADO NO PRAZO DE 24 (VINTE E QUATRO) HORAS, DEVENDO O VEÍCULO TER O MESMO ANO DE FABRICAÇÃO E MODELO OU SUPERIOR DO QUE FOI SUBSTITUÍDO E AS DEVIDAS CARACTERÍSTICAS ACIMA DESCRITAS. LOCAÇÃO: MENSAL. SEM MOTORISTA E SEM COMBUSTÍVEL.	UND	13
13	4014	VEÍCULO TIPO FURGÃO/ MINI-VAN PARA CARGA CLIMATIZADO/REFRIGERADO, PARA REALIZAR TRANSPORTE DEMORADO DE MATERIAL (VACINAS E ETC), ZERO QUILOMETRO QUILOMETRAGEM LIVRE, COR BRANCO, COM AR CONDICIONADO ORIGINAL DE FÁBRICA, DIREÇÃO HIDRÁULICA OU ELÉTRICA, MOTOR COM CAPACIDADE MÍNIMA A PARTIR DE 1.4, MOVIDO GASOLINA/ETANOL, SEM MOTORISTA, SEM COMBUSTIVEL, PAGAMENTO DO LICENCIAMENTO, IPVA, SEGURO OBRIGATÓRIO DPTAV, SEGURO TOTAL COM FRANQUIA, LUBRIFICAÇÃO, MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DOS VEÍCULOS DE RESPONSABILIDADE DO LOCADOR . LOCAÇÃO MENSAL	UND	2

14	4014	VEÍCULOS AUTOMOTOR TIPO MICROÔNIBUS URBANO, ZERO QUILOMETRO, CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS: 1. MOTO DIESEL; 2. LOCALIZAÇÃO DO MOTO: DIANTEIRA; 3. CAPACIDADE: (24) PASSAGEIROS + 1 MOTORISTA; 4. VEÍCULO COM NO MÁXIMO 10 (DEZ) ANOS DE USO; 5. SEGMENTO URBANO; 6. BANCOS DE PLÁSTICO COM ACOLCHOAMENTO; 7. PNEUS: 275/75 R17.5; 8. TANQUE DE COMBUSTÍVEL (L): 150; 09. TRANSMISSÃO MANUAL COM NO MÍNIMO 5 MARCHAS PARA FRENTE E UMA A RÉ; 10. POTÊNCIA MÁXIMA 175 CV A 2.500 RPM; 11. CARGA MÁXIMA POR EIXO (KG): 6.500 (DIANTEIRO) E 10.500 (TRASEIRO); 12. DIREÇÃO HIDRÁULICA; 13. DOTADO DE TODOS OS EQUIPAMENTOS EXIGIDOS PELO CONTRAN. A EMPRESA VENCEDORA DEVERÁ RESPONSABILIZAR-SE: A) PELO PAGAMENTO DO LICENCIAMENTO VEICULAR; B) IPVA; C) SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT; D) SEGURO TOTAL DO VEÍCULO INCLUINDO DANOS MORAIS E MATERIAIS PARA TODOS OS OCUPANTES; E) MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DOS VEÍCULOS. TODOS OS VEÍCULOS DEVERÃO SER ADESIVADOS DE ACORDO COM O PADRÃO ADOTADO PELO CONTRATANTE, SENDO TODOS OS ITENS ACIMA MENCIONADOS DE RESPONSABILIDADE DO LOCADOR. A SUBSTITUIÇÃO DE QUALQUER VEÍCULO AVARIADO OU QUEBRADO DEVERÁ OCORRER NO PRAZO DE 24 (VINTE E QUATRO) HORAS, DEVENDO O VEÍCULO SUBSTITUTO POSSUIR O MESMO ANO DE FABRICAÇÃO E MODELO, OU SUPERIOR, ALÉM DE ATENDER ÀS DEVIDAS CARACTERÍSTICAS ACIMA DESCRITAS. LOCAÇÃO MENSAL. SEM MOTORISTA E SEM COMBUSTÍVEL.	UND	3
----	------	---	-----	---

3.1. Havendo divergência nas especificações contidas na catalogação eletrônica, conforme indicação do CATSER, prevalecerão as especificações deste Termo de Referência no campo “Especificações”.

3.2. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS MÍNIMAS DOS SERVIÇOS

3.2.1. DOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE FROTA:

3.2.1.1. Realização de manutenções preventivas e corretivas, com registro das medidas de gestão com manutenção e determinação do desempenho operacional de cada veículo;

3.2.1.2. Disponibilização de veículos e motocicletas reservas, com as mesmas características técnicas para comportar eventuais substituições por indisponibilidade de modo a garantir-se a continuidade dos veículos em operação, respeitado, todavia, o prazo de 24 (vinte e quatro) horas para substituições;

3.2.1.3. Pneus: A cada 5.000 (cinco mil) km a contratada deverá proceder ao rodízio de pneus, bem como a verificação e balanceamento dos conjuntos roda/pneus e conferência do alinhamento da direção. A cada 30.000 (trinta mil) km, os pneus deverão ser substituídos ou quando a profundidade dos sulcos da banda de rodagem estiverem próximo de 3 (três) mm, conforme o TWI de cada pneu, inclusive o estepe, nos veículos em que houver, de acordo com as especificações do(s) fabricante(s), devendo ainda observar o período de validade dos mesmos;

3.2.1.4. Manutenções conforme o manual do veículo, com a devida substituição de peças danificadas, óleos lubrificantes, filtros e líquidos de arrefecimento, observando, ainda, os seguintes pontos:

- Socorro mecânico externo 24 (vinte e quatro) horas, 7 (sete) dias por semana, incluso no serviço;
- Imediata reposição de veículos paralisados, em prazo não superior a 24 (vinte e quatro) horas;
- Garantia de atendimento todos os dias da semana, incluindo sábados, domingos e feriados;
- Ar Condicionado: Higienização do ar-condicionado pelo menos uma vez por ano, incluindo a substituição do filtro anti-polén;
- Limpadores de para-brisas: Substituição das palhetas do limpador de para-brisa, sempre que necessário;
- Baterias: Substituição de baterias somente por outra nova, com garantia de no mínimo de 01 (um) ano;
- Substituição de lâmpadas, sempre que necessário.

3.2.1.4.1. Revisão preventiva conforme manual do fabricante, com cumprimento total e observância de todos os itens do Plano de Revisão, permitindo-se logicamente, variações de quilometragem tecnicamente possíveis;

3.2.1.4.2. Os veículos locados ficarão à disposição da(s) Secretaria(s) durante as 24 (vinte e quatro) horas do dia.

3.2.1.4.3. Todos os veículos deverão estar equipados com rastreadores com GPS, GSM ou Satélite, que forneça mensalmente relatório com as seguintes informações:

- Registro data/horário de início e fim das viagens;
- Controle contínuo da velocidade;
- Controle contínuo da rotação do motor;
- Registro das distâncias percorridas por viagem;
- Monitoração de eventos-padrão:
- Aceleração/freadas bruscas.
- Marcha lenta excessiva.
- Direção na faixa verde.

- Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://parnamirim.1doc.com.br/verificacao> e informe o código 511F-7680-A0AE-F71B e o código 511F-7680-A0AE-F71B

Assinado por 2 pessoas: ANTÔNIO CARLOS CAVACANTI BEZERRA e KATIA INEIDE SOUZA MORAIS

Assinado por 2 pessoas: ANTÔNIO CARLOS CAVALCANTI BEZERRA e KATHIUNNE SOUZA MORAES

Assinado por 2 pessoas: ANTÔNIO CARLOS CAVALCANTI BEZERRA e KAYANNE SILVA

Assinado por 2 pessoas: ANTÔNIO CARLOS CAVALCANTI BEZERRA e

Assinado por 2 pessoas: ANTÔNIO CARLOS CAVALCANTI

Assinado por 2 pessoas: ANTÔNIO CARLOS GUERREIRO

Assinado por 2 pessoas: ANTÔNIO

Assinado por 2 pessoas

Assinado p

4.5. O prazo inicial superior a um ano justifica-se pela vantajosidade econômica desse modelo de contratação, porque, ao dispor de um prazo contratual de vigência maior, o contratante pode diluir custos logísticos e operacionais. Além disso, há uma redução do número de licitações a serem realizadas, o que reduz o custo operacional para a própria Administração. Há razoabilidade, portanto, no prazo ora definido, tendo em vista o interesse e a vantajosidade para a Administração.

4.6. A prestação de serviços é enquadrada como continuada tendo em vista a necessidade contínua dos itens ora solicitados, devido à necessidade prolongada do uso dos veículos visando a manutenção das atividades administrativas e a falta de continuidade desse serviço pode comprometer a prestação de serviços públicos ou o cumprimento do trabalho institucional, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando os apontamentos constantes no Estudo Técnico Preliminar.

4.7. A adesivação dos veículos será de responsabilidade da Contratante e a empresa deverá autorizar expressamente a Contratante a adesivar os mesmos de acordo com a sua necessidade

4.8. Em atendimento às necessidades e demandas da Administração do Município de Parnamirim/RN, e pelo levantamento e análise das alternativas de mercado, estabelece-se o procedimento auxiliar desta licitação como sendo o registro de preço para a eventual contratação dos serviços, conforme as especificações descritas no item 1 (um) deste Termo de Referência e considerações a seguir.

4.9. O Sistema de Registro de Preços se trata de um procedimento auxiliar da licitação, cujo objetivo é a realização de registro de preços para contratações futuras de bens e serviços. O valor a ser cobrado pelo bem ou serviço será assinalado em uma ata de registro de preços, firmando um compromisso entre o poder público e os fornecedores, o qual se compromete a não alterar os preços por um período pré-fixado legalmente de um ano, podendo ser prorrogado, como dispõe o art. 84 da Lei nº 14.133/2021.

4.10. Em que pese, a presente contratação seja de prestação de serviços continuados, o seu quantitativo é estimado, a entrega será realizada de forma parcelada e para atendimento de mais de uma secretaria, possibilitando a utilização do procedimento de sistema de registro de preço.

4.11. A adoção do procedimento de sistema de registro de preço para a presente contratação, considerando que há necessidade de contratações frequentes de acordo com a demanda do serviço, encontra-se respaldado quais sejam: I - quando, pelas características do objeto, houver necessidade de contratações permanentes ou frequentes; e III - quando for conveniente para atendimento a mais de um órgão ou a mais de uma entidade, inclusive nas compras centralizadas.

JUSTIFICATIVA PARA NÃO DIVULGAÇÃO DA IRP

Em atendimento ao princípio da motivação que norteia os atos e decisões administrativas, oferecendo a seguir as justificativas técnicas para embasar a não divulgação da Intenção de Registro de Preços (IRP). A IRP corresponde a uma fase preparatória da licitação por Sistema de Registro de Preços, procedimento auxiliar estabelecido no artigo 78, IV, da Lei nº 14.133/2021, cuja finalidade básica é permitir que outros órgãos governamentais participem do certame para auferir melhores preços por meio de economia de escala. Contudo, embora o art. 86 da referida Lei estabeleça a divulgação como regra, o próprio legislador optou por excepcioná-la no § 1º, que torna o procedimento dispensável quando o órgão ou entidade gerenciadora for o único contratante.

Nesse sentido, o Decreto Municipal nº 7.288/2023, que regulamenta a aplicação da Nova Lei de Licitações no âmbito do Município de Parnamirim/RN, dispõe em seu art. 284, parágrafo único, que a

[illegible]

Assinado por 2 pessoas: ANTONIO CARLOS CAVALCANTE e KALIN SOUZA MAIA DE MORAIS

Para verificar a validade das assinaturas acesse <https://br.parnamirim.br/parnamirim/assinatura/verificacao/504504F-7680-040AE-F71B> e informe o código 511F-7680-040AE-F71B

ASSINADO POR: ANTONIO CARLOS CAVALCANTE BEZERRA e KALINE SOUZA MAIA DE MORAIS

Assinado por 2 pessoas: ANTONIO CARLOS CAVALCANTE e KALIN SOUZA MAIA DE MORAIS

Para verificar a validade das assinaturas acesse <https://br.parnamirim.br/parnamirim/assinatura/verificacao/504504F-7680-040AE-F71B> e informe o código 511F-7680-040AE-F71B

[illegible]

ASSINADO POR: ANTONIO CARLOS CAVALCANTE BEZERRA e KALINE SOUZA MAIA DE MORAIS

ASSINADO POR: ANTONIO CARLOS CAVALCANTE BEZERRA e KALINE SOUZA MAIA DE MORAIS

ASSINADO POR: ANTONIO CARLOS CAVALCANTE BEZERRA e KALINE SOUZA MAIA DE MORAIS

[illegible]

ASSINADO POR: ANTONIO CARLOS CAVALCANTE BEZERRA e KALINE SOUZA MAIA DE MORAIS

Assinado por 2 pessoas: ANTONIO CARLOS CAVALCANTE e KALIN SOUZA MAIA DE MORAIS

Para verificar a validade das assinaturas acesse <https://br.parnamirim.br/parnamirim/assinatura/verificacao/504504F-7680-040AE-F71B> e informe o código 511F-7680-040AE-F71B

Assinado por 2 pessoas: ANTONIO CARLOS CAVALCANTE e KALIN SOUZA MAIA DE MORAIS

Para verificar a validade das assinaturas acesse <https://br.parnamirim.br/parnamirim/assinatura/verificacao/504504F-7680-040AE-F71B> e informe o código 511F-7680-040AE-F71B

5.1.5.2. A Contratada deverá apresentar apólice de seguro no ato da entrega do veículo;

5.1.5.3. O Seguro deverá cobrir, no mínimo, os riscos provenientes da circulação do bem segurado, as despesas indispensáveis ao seu salvamento e transporte até a oficina autorizada pelo fabricante do mesmo, as indenizações ou prestações de serviços oferecidos pelas seguradoras correspondentes a cada uma das coberturas de seguro.

5.1.5.4. Poderá ser admitida a modalidade de autoproteção do casco, desde que seja mantida a garantia referente ao ressarcimento nas modalidades e valores indicados no item 5.1.5, podendo ser por meio de apólice de seguro.

5.1.5.5. Para efeito de instrução de processo de pagamento de franquias de seguro por parte da Contratante, a Contratada deverá demonstrar documentalmente o valor da franquia reduzida da apólice de seguro do veículo sinistrado.

5.1.6. Substituir, imediatamente, e inteiramente às suas expensas, o veículo que apresentar dano ou defeito mecânico;

5.1.7. Disponibilizar os veículos para atendimento a todas as necessidades do órgão requisitante, de acordo com o detalhamento constante neste Termo de Referência.

5.1.8. Cobrar pelos serviços prestados exatamente o preço registrado em Ata;

5.1.9. Cumprir todos os prazos previstos neste Termo de Referência.

5.1.10. Agir de acordo com o solicitado somente pelo preposto da CONTRATANTE;

5.2. Manter os veículos devidamente emplacados e com toda a documentação junto ao Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN), de qualquer unidade da Federação, devidamente legalizada e atualizada;

5.3. É vedada a subcontratação parcial ou total dos objetos deste Termo de Referência;

5.4. Manter toda a documentação exigida neste Termo de Referência devidamente legalizada e atualizada.

5.5. Seguro completo com franquia de acordo com o subitem 3.3.6;

5.6. Manutenção preventiva e corretiva;

5.7. Limpeza e conservação do veículo;

5.8. Devendo a CONTRATADA entregar o veículo com o tanque cheio.

5.9. Todas as despesas diretas ou indiretas, tais como: salários, transportes, encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, ordem de classe, diárias, indenizações e quaisquer outras que forem devidas aos seus empregados

5.10. Todos os veículos deverão estar equipados com rastreadores com Sistema de Monitoramento, GPS, GSM ou Satélite.

5.11. Substituição de qualquer veículo avariado ou quebrado deverá ocorrer no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, devendo o veículo ser do mesmo ano de fabricação e modelo ou superior do que foi substituído e as devidas características acima descritas.

5.12. Os veículos devem estar registrados em nome da empresa Contratada.

5.13. No ato da entrega dos veículos, a Contratada deverá providenciar a entrega do original do CRLV de cada veículo.

5.14. A franquia, será de responsabilidade da contratada e a mesma efetuará o pagamento total da franquia.

5.15. A CONTRATANTE será responsável pelo pagamento da franquia do seguro total; após análise da ocorrência, caso fique constatada a culpa exclusiva do motorista pertencente ao quadro da CONTRATANTE, caberá ressarcimento da franquia já devidamente paga pelo motorista à Contratante).

5.16. As avarias serão classificadas quanto às ocorrências de trânsito, envolvendo veículos automotores ou não, vandalismos, acidentes fortuitos e danos causados por fenômenos da natureza.

5.16.1. Nos casos em que a responsabilidade pelas avarias for de responsabilidade de terceiros, vandalismo, acidentes fortuitos e danos causados por fenômenos da natureza, a gestora do contrato comunicará a Contratada por escrito, anexando cópia do Boletim de Ocorrência Policial, cessando automaticamente a responsabilidade da Contratante.

5.16.2. Caso a avaria seja de responsabilidade do condutor da Contratante, a gestora do contrato comunicará a Contratada, por escrito, anexando cópia do Boletim de Ocorrência Policial, CNPJ, a assinatura do responsável e a expressa autorização do gestor do contrato para a realização dos serviços de recuperação por conta do seguro da contratada.

5.16.3. Independente do tipo de avaria, quando a situação ocasionar a impossibilidade de rodagem dos veículos locados, estas deverão ser substituídas pela contratada.

5.17. Realizar a lavagem dos veículos 01 (uma) vez por mês.

5.18. A CONTRATADA deverá assumir integral e absoluta responsabilidade pela execução dos serviços, desobrigando o CONTRATANTE de qualquer ônus, encargos, deveres e responsabilidade por defeitos, vícios aparentes ou ocultos, ou funcionamento insatisfatório dos aludidos serviços e equipamentos.

5.19. As manutenções corretivas e preventivas dos veículos locados serão procedidas pela Contratada, inclusive lavagens, lubrificação e reparos, nestes incluídos os pneus, de acordo com o plano aprovado pela mesma, sempre deixando um veículo reserva modificado para o serviço, enquanto o locado passa por manutenção superior a 24 (vinte e quatro) horas.

5.20. A Contratada deverá disponibilizar agências e/ou oficinas credenciadas para reparos de pneus furados ou com problemas de rodagem, unicamente na própria municipalidade, tendo em vista os riscos de segurança, pelo trânsito com problemas nos pneus.

5.21. A Contratada deverá disponibilizar agências e/ou oficinas credenciadas para reparos rápidos e rotineiros, considerados as trocas e reparos de pneus, trocas de equipamentos, trocas de óleo e pequenas revisões, limitados a reparos de 24 (vinte e quatro) horas.

5.22. A Contratada deverá arcar com todas as despesas referentes a manutenção preventiva, corretiva, lubrificação, pneus, tapeçaria e vidraçaria. A contratante arcará com as responsabilidades decorrentes de multas durante os deslocamentos dos veículos e que estejam a serviço da Prefeitura Municipal de Parnamirim/RN, bem como, combustível, motoristas.

5.23. No ato da renovação, poderão ser acolhidos os veículos que já estejam em comodato pelo contrato, não sendo permitido a renovação com veículos com ano de fabricação superior a 5 (cinco) anos.

5.24. A contratada deve manter um preposto durante toda a execução do contrato, comunicável e com competência de decisão administrativa a disposição da Contratante, no mínimo em horário comercial, para eventuais ocorrências de interesse da Contratante.

5.25. A contratada deve disponibilizar um canal de atendimento eficiente para tirar dúvidas, resolver eventuais problemas ou fazer novas solicitações.

5.26. A CONTRATADA deverá entregar ao órgão os veículos devidamente limpos, em perfeitas condições de funcionamento e segurança, com as manutenções em dia e com todos os equipamentos exigidos pelo Código de Trânsito Brasileiro.

5.27. A Contratada deve manter em dia e em bom estado os itens dos veículos que se desgastarem naturalmente como: filtros, óleo lubrificante, pastilhas e lonas de freios, alinhamento, balanceamento, pneus, outros;

5.28. A Contratada deve promover a remoção do veículo em caso de pane após comunicação verbal do setor responsável, sem nenhum ônus para o último.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. Garantir a contratada/detentora da Ata de Registro de Preços, cujo preço encontra-se registrado, a preferência pela contratação sempre que não for encontrado no mercado preço inferior ao registrado;

6.2. Solicitar os serviços através da emissão de ordem de serviço, de acordo com as exigências dispostas nas cláusulas do contrato, quando for o caso;

6.3. Exigir a disponibilização dos veículos de acordo com as especificações constantes neste Termo de Referência;

6.4. Exigir a disponibilização dos veículos solicitados no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contados do recebimento da ordem de serviço, em conformidade com a descrição do objeto;

6.4.1. Na hipótese de algum fato superveniente que impossibilite a entrega dos veículos zero km no prazo de 10 (dez) dias, será aceita a entrega de veículos que sejam fornecidos veículos seminovos com até 02 (dois) anos de fabricação, desde que tenham especificações semelhantes às dos itens adjudicados, possam ser rastreados e monitorados e que estejam cobertos por seguro total e na posse legal da Contratada para o atendimento provisório do contrato até a entrega dos veículos zero km definitivos. Os veículos provisórios poderão ser utilizados para atendimento provisório, impreterivelmente, por até 180 (cento e oitenta) dias corridos, contados da assinatura do contrato (com exceção dos veículos pesados).

Assinado por: ANTONIO CARLOS CAVACANTI BRZERRA e KALLINE SOUZA MAIA DE MORAIS
Para verificar a autenticidade do documento, acesse o link: <https://parnamirim.1doc.com.br/verificacao/511f-7680-AOAE-F71B>

6.5. A contratante deverá efetuar os pagamentos pelos serviços em até 30 (trinta) dias corridos contados a partir da data de entrega da nota fiscal/fatura pela contratada;

6.6. Arcar com o pagamento das multas por infração de trânsito aplicada aos veículos constantes dos itens deste Termo, que utilizarem motoristas da CONTRATANTE, que serão de responsabilidade dos condutores da própria, que deverá ser encaminhada a Secretaria Contratante. A Contratante fica resguardado o direito de autuar processo administrativo para apuração da responsabilidade da infração.

6.6.1. A Contratante se responsabilizará por indicar o condutor responsável por eventuais infrações de trânsito no prazo previsto na legislação de trânsito.

6.7. Disponibilizar à CONTRATADA todas as informações necessárias à prestação do serviço contratado;

6.8. Fiscalizar a prestação dos serviços, bem como o atendimento às especificações constantes do Termo de Referência;

6.9. Os veículos deverão ser entregues à Contratada nas mesmas condições as quais foram recebidos, perfeitamente higienizados e devidamente abastecidos;

6.10. Aplicar as penalidades cabíveis por descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços.

7. DA SUSTENTABILIDADE

7.1. Sustentabilidade: além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos seguintes requisitos de boas práticas de otimização de recursos, redução de desperdícios e menor poluição, tais como:

7.1.1. Admitir a oferta de veículo que atenda aos limites máximos de ruídos fixados nas Resoluções CONAMA nº 1, de 11/02/1993, nº 17/1993, n. 17/1995 e nº 242/1998 e legislação superveniente e correlata.

7.1.2. Admitir a oferta de veículo que atenda aos limites máximos de emissão de poluentes provenientes do escapamento fixados âmbito do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores – PROCONVE, conforme Resolução CONAMA nº 18, de 05/1986 e Resolução CONAMA 492, de 20 de dezembro de 2018, complementações e alterações supervenientes.

7.1.3. Admitir a oferta de veículo que possua eficiência energética equivalente a uma com a Etiqueta da categoria A (mais eficiente) Programa Brasileiro de Etiquetagem Veicular (PBE Veicular);

7.1.4. Implementação de monitoramento eficaz para reduzir o consumo de combustíveis dos veículos;

7.1.5. Implementação de políticas de uso/consumo consciente de combustíveis junto aos servidores que utilizarão os veículos, visando minimizar o desperdício;

7.1.6. Ajustar os critérios de sustentabilidade periodicamente, com base em dados e melhores práticas;

7.1.7. Promover a conscientização pública sobre a importância da preservação dos recursos naturais, criando uma cultura de respeito ao meio ambiente;

7.1.8. Contratação de veículos com menor emissão de CO₂;

7.1.9. Desenvolvimento pelas empresas fornecedoras de políticas comprometidas com a gestão sustentável dos recursos ambientais e com a transparência em suas práticas ambientais.

8. DA SUBCONTRATAÇÃO

8.1. NÃO será admitida a subcontratação do objeto contratual.

9. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

9.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas/pactuadas e as normas da Lei 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

9.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

9.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

9.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

9.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando aplicável.

9.22.4. Elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais providências adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão, nos termos do contrato.

9.23. A Contratada se obriga a expedir relatórios periódicos dos quantitativos já fornecidos, sempre que requisitado pelo Gestor do Contrato.

9.24. Prazo de Assinatura do Contrato: o adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar o instrumento equivalente, conforme o caso, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Edital.

9.25. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite do adjudicatário, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento.

9.26. O prazo para assinatura do contrato poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pela licitante vencedora durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E DOS RECURSOS HUMANOS – SEARH/PMP.

9.27. Se a(s) licitante(s) vencedora(s) recusar (em)-se a assinar (em) o(s) contrato(s) no prazo de 5 (cinco) dias úteis, sem justificativa, por escrito, aceita pela Autoridade Superior, será convocada outra licitante, observada a ordem de classificação, para celebrar o(s) contrato(s), e assim sucessivamente.

9.28. Alterações Contratuais: eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

9.29. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.

9.30. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

10. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

10.1.1. Der causa à inexecução parcial do contrato;

10.1.2. Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos, ao interesse coletivo;

10.1.3. Der causa à inexecução total do contrato;

10.1.4. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

10.1.5. Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

10.1.6. Praticar ato fraudulento na execução do contrato;

10.1.7. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

10.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

10.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

10.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos itens de 7.1.2 a 7.1.4 anterior, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

10.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos itens de 7.1.5 a 7.1.8 anterior, bem como nos de 7.1.2 a 7.1.4, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

10.2.4. Multa:

10.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item 7.1.4, de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias.

10.2.4.2. Compensatória, para as infrações descritas nos itens de 7.1.5 a 7.1.8 de 0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

10.2.4.3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista no item 7.1.3, de 0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

10.2.4.4. Compensatória, para a infração descrita no item 7.1.2, de 0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

10.2.4.5. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita no item 7.1.4, de 0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

10.2.4.6. Compensatória, para a infração descrita no item 7.1.1, de 0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

10.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

10.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

10.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

10.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

10.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

10.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial.

10.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no sistema oficial da Prefeitura serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

10.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

10.9.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

10.9.2. As peculiaridades do caso concreto;

10.9.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

10.9.4. Os danos que dela provierem para o Contratante; e

10.9.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

10.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

10.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

10.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes do mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante.

11. DO PAGAMENTO

11.1. O pagamento seguirá rigorosamente a Ordem Cronológica de Pagamentos estabelecida pela Resolução 032/2016 TCEN e Decreto Municipal nº 6.048/2019, contados a partir da data do atesto.

11.1.1. Para execução do pagamento de que trata o item 11.1, a Contratada deverá fazer constar da Nota Fiscal correspondente, emido, sem rasura, em letra bem legível em nome do Órgão beneficiado com o devido n.º do CNPJ, informando o número de sua conta bancária, o nome do Banco e a respectiva Agência.

11.2. Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida a Contratada e o pagamento ficará pendente até que a mesma providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciará-se após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para o Órgão beneficiado.

11.3. Por ocasião da apresentação da nota fiscal/fatura, a CONTRATADA deverá fazer prova do recolhimento mensal dos encargos sociais e previdenciários, quais sejam, INSS, FGTS, Certidões Negativas das Fazendas Federal, Estadual e Municipal.

11.4. A CONTRATANTE reserva-se o direito de suspender o pagamento se os produtos forem entregues em desacordo com as especificações constantes neste certame.

11.5. Caso a CONTRATADA seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, deverá apresentar, acompanhado da nota fiscal, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte, dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.

11.6. Quaisquer erro ou omissão havido na documentação fiscal ou na fatura será objeto de correção pela CONTRATADA e haverá, em decorrência, suspensão do prazo de pagamento até que o problema seja definitivamente regularizado.

12. DOS LOCAIS DE ENTREGA

SECRETARIAS MUNICIPAIS ENDEREÇOS

SEARH - Rua Altino Vicente Paiva, 210 - Monte Castelo, Parnamirim - RN, 59.146-270;
GACIV - Av. Castor Vieira Régis, s/n, Cohabinal, Parnamirim - RN, CEP 59140-670;
SELIM - Av. Felizardo Moura, 626 - Liberdade, Parnamirim - RN, 59155-510;
SEPLAF - Av. Castor Viêira Régis, 610 - Cohabinal, Parnamirim - RN, 59140-670;
SEMOP - Rua Ten. Pedro Rufino dos Santos, 684 - Monte Castelo, Parnamirim - RN, 59146-160;
SEMUC - Av. Castor Vieira Régis, s/n, Cohabinal, Parnamirim - RN, CEP 59140-670;
SEMMUD - R. Cícero Fernandes Pimenta, 312 - Monte Castelo, Parnamirim - RN, 59146-190;
SEMUR - Rua Dr. Carlos Matheus, 1464 - Centro, Parnamirim - RN, 59146-210;
SEMUT - Rua Cícero Fernandes Pimenta, 312 - Monte Castelo, Parnamirim - RN, 59146-190;
SETUDE - Av. Castor Viêira Régis, 610 - Cohabinal, Parnamirim - RN, 59140-670;
SESAO - Rua Altino Vicente Paiva, 210 - Monte Castelo, Parnamirim - RN, 59.146-270;
CGM - Av. Castor Viêira Régis, 610 - Cohabinal, Parnamirim - RN, 59140-670;
PGM - Av. Castor Viêira Régis, 610 - Cohabinal, Parnamirim - RN, 59140-670;
SEHARF - Av. Brigadeiro Everaldo Breves, 353 - Boa Esperança, Parnamirim - RN, 59140-001;
SEL - Av. Ten. Medeiros, 85 - Centro, Parnamirim - RN, 59140-020;
SEMSUR - Rua Frei Henrique Coimbra, 235 - Emaús, Parnamirim - RN, 59149-090;
SESDM - R. das Antúrias, 129 - Jardim Planalto, Parnamirim - RN, 59155-430;
SME - Av. João XXIII, 704 - Cohabinal, Parnamirim - RN, 59140-765.

12.1. Os veículos deverão ser entregues em dias úteis (segunda a sexta-feira), no horário de 08h às 17h, conforme funcionamento de cada unidade solicitante, que será informado na ordem de serviço.

12.2. Os serviços serão realizados de acordo com o funcionamento da Secretaria Contratante, devendo os bens estarem disponíveis (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana para a prestação dos serviços, conforme funcionamento de cada unidade solicitante.

13. DO REAJUSTE

13.1. Os preços registrados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data de assinatura da ATA.

13.2. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, da data da apresentação da proposta, aplicando-se o índice de variação do IPCA-E exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

13.3. Os efeitos financeiros do reajuste serão devidos, exclusivamente a partir da data da solicitação, vedada a concessão de reajuste retroativo.

13.4. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir da data da apresentação da proposta.

13.5. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que ocorrer.

13.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

13.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, às partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

13.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

14. DA HABILITAÇÃO

14.1. Exigências de habilitação: para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos: habilitação jurídica; habilitação fiscal, social e trabalhista; qualificação econômico-financeira; e qualificação técnica.

14.2. Habilitação jurídica:

14.2.1. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional.

14.2.2. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

14.2.3. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade pelo sítio eletrônico <<https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>>;

14.2.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

14.2.5. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União, e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

14.2.6. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

14.2.7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

14.2.8. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

14.2.9. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

14.3. Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista:

14.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas.

14.3.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

14.3.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

14.3.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

14.3.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual, Municipal ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

14.3.6. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em que se exerce ou contrata ou concorre.

14.3.7. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

14.3.8. Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, quanto à proibição do trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

14.3.9. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

14.3.10. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estaduais e municipais.

Assinado por 2 pessoas: ANTONIO CARLOS CAVALCANTE BEZERRA e KALININ SOUZA MAIA DE MORAIS
Para verificar a validade das assinaturas, acesse: <https://pds.assintec.com.br>

14.4. Qualificação Econômico-Financeira:

14.4.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor.

14.5. Qualificação Técnica:

14.5.1. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares, equivalente ou superior a do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados de capacidade técnica emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ao equivalente a no mínimo, 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos estimados da contratação, restritos estritamente aos itens de maior relevância conforme art. 67, §1º e §2º, da Lei 14133/21.

14.5.1.1. A fixação do percentual de 50% para a comprovação de quantitativos mínimos, restrita estritamente aos itens de maior relevância técnica e valor significativo, encontra-se em plena consonância com o Art. 67, § 1º e § 2º da Lei nº 14.133/2021. Tal medida revela-se proporcional à magnitude desta contratação em Parnamirim/RN, pois assegura que a futura contratada possua expertise técnica consolidada em parcelas críticas do objeto, sem impor ônus excessivo ou barreiras desnecessárias à ampla competitividade. A adoção de percentual mais elevado para esses itens fulcrais poderia restringir o certame a um grupo restrito, contrariando a jurisprudência do TCU (Súmula nº 263), ao passo que a ausência de exigências mínimas ou a aplicação de índices irrisórios comprometeria a segurança e a qualidade da execução contratual. Portanto, ao concentrar a exigência de 50% nos pilares do serviço, a Administração estabelece o equilíbrio indispensável entre o rigor na qualificação e a eficiência econômica, garantindo a seleção da proposta mais vantajosa e tecnicamente apta a suportar o vulto da demanda.

14.5.2. O atestado deve ser assinado por representante devidamente autorizado da instituição contratante, devendo trazer indicação clara e legível do cargo e nome do representante da empresa/instituição que o assina, bem como dados para contato (telefone e e-mail), para eventual conferência

14.5.3. De acordo com Lei nº 14.133/2021, a comprovação de aptidão para desempenho de atividade deve ser pertinente e compatível em características e quantidades com o objeto da licitação.

14.5.4. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo exigido, a apresentação e o somatório de diferentes atestados relativos a contratos executados de forma concomitante.

14.5.5. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

14.5.6. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, notas fiscais, endereço atual do Contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

14.6. Disposições Gerais sobre Habilitação:

14.6.1. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

14.6.2. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

14.6.3. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND, CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

15. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1. O presente Termo de Referência foi concebido com base na Lei nº 14.133/2021, e demais legislações pertinentes, além da literatura técnica disponível sobre o tema.

15.2. O Termo de Referência ora apresentado é parte integrante da documentação de processo licitatório que tem por CONTRATANTE a Prefeitura Municipal de Parnamirim/RN, com vistas à prestação dos serviços descritos anteriormente por parte de empresa CONTRATADA, devidamente qualificada e que apresente o melhor preço no procedimento licitatório, considerando adequação para a execução do objeto.

15.3. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

16. DA APROVAÇÃO

16.1. 12.1 O presente Termo de Referência foi desenvolvido na Coordenação de Análise de Termos de Referência - CATR/SEARH e segue assinado pelo responsável por sua elaboração e revisão, e aprovado pela Secretária Municipal de Administração e dos Recursos Humanos.

Parnamirim/RN, data da assinatura eletrônica.

ANTÔNIO CARLOS CAVALCANTI BEZERRA
Matrícula nº 37.435
Coordenadoria de Análise de Termo de Referência

Aprovo:

KALINNE SOUZA MAIA DA MORAIS
Secretária Municipal de Administração e Recursos Humanos

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ANTONIO CARLOS CAVALCANTI BEZERRA
Coordenador de Análise e Termo de Referência



Assinou eletronicamente em 14/04/2026 às 14:24:26.



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 511F-7680-A0AE-F71B

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



ANTÔNIO CARLOS CAVALCANTI BEZERRA (CPF 440.XXX.XXX-04) em 15/04/2026 08:50:11

GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



KALINNE SOUZA MAIA DE MORAIS (CPF 052.XXX.XXX-32) em 28/04/2026 16:54:43 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://parnamirim.1doc.com.br/verificacao/511F-7680-A0AE-F71B>